

Demonstrações Contábeis

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT

31 de dezembro de 2023 e 2022

com Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 grupoaudisa.consultores

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente 1-3

Anexos:

Balancos patrimoniais 4

Demonstração de resultado do período 5

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstração do fluxo de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8-29

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE




Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa
 @grupo_audisa
 grupoaudisa.consultores

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT

CNPJ. : 19.176.461/0001-48

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, , para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

1

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**
✉ recife@grupoaudisa.com.br**Porto Alegre**
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br**Rio de Janeiro**
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br**SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS**

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existê

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📧 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)

uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 16 de fevereiro de 2024.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S"- RN 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador - CRC/RS "S" - RN- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório N° 7710/04

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📱 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

IVAN ROBERTO DOS SANTOS PINTO
JUNIOR (56687850091)
Data: 19/02/2024 13:38:31 -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: FA7BB-217E8-7B749-4822E

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/FA7BB-217E8-7B749-4822E>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

Ativo				Passivo			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante - Recursos com restrição				Circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC				Contrato de Gestão - MEC			
Caixa e equivalentes de caixa	3	42.598.444	39.353.995	Contas a pagar	10	182.398	209.416
Adiantamentos e outros créditos	4-5	19.796.029	18.598.325	Obrigações tributárias	8	20.647	18.438
		62.394.473	57.952.320	Obrigações sociais	9	297.538	250.336
Verba Fundos de Saúde				Provisões de férias e encargos	11	869.061	723.188
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.514.237	3.783.216	Contrato de Gestão	12	37.498.908	49.569.124
Adiantamentos e outros créditos	4-5	7.766.162	6.737.452			38.868.552	50.770.503
		12.280.399	10.520.668	Verba Fundos de Saúde			
Circulante - Recursos sem restrição				Contas a pagar	10	225.996	213.283
Verba Livre				Obrigações tributárias	8	1.706	1.585
Caixa e equivalentes de caixa	3	52.104	69.728	Obrigações sociais	9	79.491	73.491
Valores a receber	4	50.000		Provisões de férias e encargos	11	319.365	314.269
		102.104	69.728	Contrato F.M.S. Macaíba	12	10.520.420	8.257.648
Verba Prefeitura						11.146.977	8.860.276
Caixa e equivalentes de caixa	3	748.129	610.898	Circulante - Recursos sem restrição			
Valores a receber	4	165.161	176.031	Verba Prefeitura			
		913.289	786.929	Contas a pagar	10	8.020	8.020
Total ativo circulante				Obrigações tributárias	8	1.023	1.439
		75.690.265	69.329.644			9.043	9.459
Não circulante - Recursos com restrição				Total passivo circulante			
Realizável a Longo Prazo						50.024.572	59.640.237
Contrato de Gestão - MEC				Não circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão				Contrato de Gestão - MEC			
Imobilizado	7	18.208.774	14.133.865	Contrato de Gestão			
(-) Depreciação acumulada	7	-3.639.150	-2.830.311			166.716.616	166.716.616
		14.569.624	11.303.554	Verba Fundos de Saúde			
Verba Fundos de Saúde				Recursos F.N.S.		1.913.890	1.931.555
Imobilizado	7	1.721.826	1.156.889	Recursos F.N.S. - PRONAS/PCD	12	598.115	796.978
(-) Depreciação acumulada	7	-237.169	-88.748			2.512.005	2.728.533
(-) Provisão para Bens com Restrição	7	-106.074		Não circulante - Recursos sem restrição			
		1.378.583	1.068.141	Verba Livre			
Não circulante - Recursos sem restrição				Bens recebidos em doação - a realizar			
Verba Livre						32.369	16.466
Imobilizado	7	52.637	29.984	Bens de Terceiros			
(-) Depreciação acumulada	7	-20.271	-13.518	Bens de terceiros - AASDAP	6.1	29.498.733	29.519.276
		32.366	16.466	Bens de terceiros - UFRN	6.2	28.483.713	28.483.713
Verba Prefeitura				Bens de terceiros - Secretaria Municipal de	6.3	367.960	367.960
Imobilizado	7	40.057	40.057	(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de	6	-22.934.637	-18.785.206
(-) Depreciação acumulada	7	-27.601	-23.283			35.415.769	39.585.743
		12.456	16.775	Total passivo não circulante			
Bens de Terceiros						204.676.759	209.047.358
Bens de terceiros - AASDAP	6.1	29.498.733	29.519.276	Bens administrados de terceiros			
Bens de terceiros - UFRN	6.2	28.483.713	28.483.713			105.090	105.090
Bens de terceiros - Secretaria Municíp	6.3	367.960	367.960	Patrimônio líquido			
(-) Ajuste de vida útil econômica - be	6	-22.934.637	-18.785.206	Patrimônio social	18	864.003	755.491
		35.415.769	39.585.743	Superávit dos Exercícios		155.005	108.512
Contrato de Gestão - MEC						1.019.008	864.003
Intangível	7	14.660	14.660	Total do passivo e patrimônio líquido			
		14.660	14.660			255.825.429	269.656.689
Total ativo não circulante							
		180.030.074	200.221.954				
Bens administrados de terceiros							
		105.090	105.090				
		105.090	105.090				
Total do ativo							
		255.825.429	269.656.689				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações do Resultado dos Períodos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita Operacional - Verba Livre	19		
Prestação de serviços		50.000	
Receitas Sociais - Doações/Patrocínios		11.000	
Outras Captações de Recursos		19.803	17.909
Doações Recebidas-Imobilizado/Materiais		6.750	5.300
		87.553	23.209
Receita Operacional - MEC	19		
Contrato de Gestão - Realizado		16.327.516	14.651.271
		16.327.516	14.651.271
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)	19		
Prestação de serviços		234.564	262.683
Convênio Prefeitura		120.000	120.000
		354.564	382.683
Receita Operacional - Fundos de Saúde	19		
Contrato F.M.S. Macaíba - Realizado		3.653.476	3.461.882
Contrato F.N.S. - Realizado		18.966	18.966
Contrato F.N.S. PRONAS /PCD - Realizado		266.593	163.376
		3.939.035	3.644.224
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Trabalho Voluntário/Isenções/Gratuidades			
Trabalho Voluntário	22	97.459	52.970
Isenções	24	2.907.188	2.525.033
		3.004.647	2.578.003
Receita líquida		23.713.315	21.279.390
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Operacionais - Verba Livre			
Despesas com pessoal	20		-22.500
Despesas administrativas		-28.441	-131.160
Despesas tributárias		-30.198	
		-58.639	-153.660
Despesas Operacionais - MEC			
Despesas Gerais - Sede	20	-3.092.074	-2.658.652
Despesas Gerais - CP IIN-ELS Macaíba		-8.397.401	-7.809.660
Despesas Gerais - CEP Saúde		-4.838.041	-4.182.959
		-16.327.516	-14.651.271
Despesas Operacionais - Prefeitura (SUS)			
Despesas administrativas	20	-308.501	-203.760
		-308.501	-203.760
Despesas Operacionais - Fundos de Saúde			
Despesas com pessoal	20	-3.203.860	-2.981.370
Despesas administrativas		-730.929	-636.431
Despesas tributárias		-453	-20.997
Despesas financeiras		-3.793	-5.427
		-3.939.035	-3.644.224
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Trabalho Voluntário/Isenções/Gratuidades			
Trabalho Voluntário	22	-97.459	-52.970
Isenções	24	-2.907.188	-2.525.033
		-3.004.647	-2.578.003
(=) Superávit líquido antes do resultado financeiro		74.976	48.471
Resultado financeiro - Verba Livre			
Receitas financeiras	21	4.413	9.046
Despesas financeiras		-780	-1.225
		3.633	7.821
Resultado financeiro - Prefeitura (SUS)			
Receitas financeiras	21	77.261	52.952
Despesas financeiras		-866	-732
		76.396	52.220
(=) Superávit líquido dos exercícios		155.005	108.512

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit dos Exercícios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	333.767	421.724	755.491
Incorporação do superávit do exercício anterior	421.724	-421.724	-
Superávit do exercício	-	108.512	108.512
Saldos em 31 de dezembro de 2022	755.491	108.512	864.003
Incorporação do superávit do exercício anterior	108.512	-108.512	-
Superávit do exercício	-	155.005	155.005
Saldos em 31 de dezembro de 2023	864.004	155.005	1.019.008

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido dos exercícios	155.005	108.512
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	1.103.970	758.012
Baixa de depreciação de bens do ativo imobilizado	-29.565	-29.565
Provisão para contingências	-	-23.618
	<u>1.229.410</u>	<u>813.341</u>
Variações nos ativos e passivos - Verba Livre		
Valores a receber	-50.000	
Contas a pagar		
Obrigações tributárias		-3.185
Obrigações sociais		-3.065
	<u>-50.000</u>	<u>-6.250</u>
Variações nos ativos e passivos - MEC		
Adiantamentos e outros créditos	-1.197.704	237.264
Contas a pagar	-27.018	37.598
Obrigações tributárias	2.209	3.851
Obrigações sociais	47.202	44.710
Provisões de férias e encargos	145.872	81.925
Contrato de Gestão - MEC	-12.070.216	-11.524.490
	<u>-13.099.655</u>	<u>-11.119.142</u>
Variações nos ativos e passivos - Prefeitura		
Valores a receber	10.870	-12.418
Contas a pagar		-116
Obrigações tributárias	-416	756
	<u>10.454</u>	<u>-11.778</u>
Variações nos ativos e passivos - Fundos de Saúde		
Adiantamentos e outros créditos	-1.028.710	-202.369
Contas a pagar	12.712	-15.732
Obrigações tributárias	121	106
Obrigações sociais	6.000	20.332
Provisões de férias e encargos	5.096	120.910
Recursos Verba F.M.S. Macaíba	2.262.772	1.144.599
	<u>1.257.991</u>	<u>1.067.847</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>-10.651.800</u>	<u>-9.255.982</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contrato de Gestão - MEC	19.610.000	18.500.000
Aquisição imobilizado tangível - MEC	-4.090.307	-2.662.100
Aquisição imobilizado tangível - Verba Fundos de Saúde	-564.937	-1.697.744
Aquisição imobilizado tangível - Verba Livre	-22.654	
Baixa de bens do ativo imobilizado		5.000
Baixa de bens de terceiros	15.398	822.817
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>14.947.500</u>	<u>14.967.974</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos F.N.S.	-17.665	-18.966
Recursos F.N.S. PRONAS/PCD	-198.863	-84.305
Bens recebidos em doação - a realizar	15.904	-8.716
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>-200.625</u>	<u>-111.987</u>
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.095.076</u>	<u>5.600.004</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.817.837	38.217.833
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	47.912.913	43.817.837
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.095.076</u>	<u>5.600.004</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

1. Informações Gerais

Contexto Operacional

O Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont ("Entidade" ou "Instituto") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificada como Organização Social (OS) nos termos da lei 9.637 de 15 de maio de 1998, por meio de Decreto Presidencial de 27 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 28 de fevereiro de 2014. O Instituto é detentor do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme Portaria nº 1.592 de 04 de outubro de 2018, publicada no D.O.U em 10 de outubro de 2018, tendo sua renovação deferida por meio da Portaria nº 561 de 13 de julho de 2023, abrangendo o período 10 de outubro de 2021 a 09 de outubro de 2024, mantendo assim, a regularidade da imunidade tributária. Foi reconhecido como de Utilidade Pública Estadual e Municipal, respectivamente através das Leis nº 11.012 de 09/11/2021 e nº 2.032 de 06/09/2019. Constituído em 25 de setembro de 2013, o Instituto possui sua sede administrativa e filiais na cidade de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte.

O Instituto tem por missão/objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação, promovendo o ensino em todos os seus níveis, e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas da ciência e do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas. Poderá ainda o Instituto prestar serviços na área da saúde materno infantil e da pessoa com deficiência e suas interfaces com neurociências e neuroengenharia, visando a formação e o desenvolvimento profissional nas suas áreas de atuação.

Em julho de 2014 o Instituto firmou Contrato de Gestão com o Ministério da Educação – MEC. O Plano de trabalho a ser executado pelo Instituto engloba Metas e Indicadores de: Desempenho, Diretrizes Estratégicas, Sistemas de Avaliação e as Principais Ações no período 2014-2017 (prazo de execução do Contrato de Gestão). Em 28 de dezembro de 2017 foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2018. Em 21 de novembro de 2018 foi assinado o 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2019. Em 26 de dezembro de 2019 foi assinado o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2020. Em 21 de dezembro de 2020 foi assinado o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2021. Em 28 de dezembro de 2021 foi firmado um novo Contrato de Gestão com vigência até 31/12/2030.

No âmbito da assistência em saúde, o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita) foi habilitado, conforme a Portaria nº 1.430/SAS/MS, de 17 de outubro de 2016, como Centro Especializado em Reabilitação CER-III, o qual oferece assistência a três tipos de modalidade: Auditiva, Motora e Intelectual. Em 21 de dezembro de 2018, foi firmado, o Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e o Instituto, com previsão de valor global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2019. Em 02 de janeiro de 2020, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2020. Em 01 de janeiro de 2021, foi firmado um novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2021. A Portaria nº 1.842/GM/MS, de 05 de agosto de 2021 alterou a habilitação para CER-IV, passando a incluir a modalidade Visual nos atendimentos realizados pela unidade. Em 29 de dezembro de 2021, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 4,1 milhões para o ano de 2022. Em 30 de dezembro de 2022, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 4,1 milhões para o ano de 2023. A portaria nº 1.602/GM/MS, de 18 de outubro de 2023 reajustou os valores de custeio, com efeitos a partir da 10ª parcela do ano de 2023, gerando uma provisão complementar de R\$ 85 mil nos três últimos meses. Em 21 de

dezembro de 2023, foi firmado um Aditivo Contratual ao Termo de Convênio com previsão global de R\$ 5,16 milhões para o ano de 2024.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de Preparação

2.1.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e nas disposições da ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucro e pelas normas completas (IFRS completas), para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucro.

A Administração do Instituto aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 09 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis da Entidade. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

Custo amortizado: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;

Valor justo por meio do resultado: Todos os demais ativos financeiros.

Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Entidade são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado.

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

2.6. Contas a receber

As contas a receber do Instituto são avaliadas no momento inicial pelo valor presente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Instituto. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.9. Intangível

Refere-se a gastos pré-operacionais, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.12. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As

provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.13. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.14. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do Instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. Os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude de o Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019. Segue abaixo a avaliação do Instituto dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 (CPC 06) tornou-se obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substituiu o IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permaneceram substancialmente os mesmos em comparação às normas anteriores. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Essa norma não trouxe impactos relevantes para as demonstrações contábeis da Entidade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a recursos recebidos para aplicação nas finalidades descritas:

Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação – MEC: Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS) e do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS), ambos localizados em Macaíba-RN.

Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde - FMS: Implantação e Operação do Centro Especializado em Reabilitação (Auditiva, Física, Intelectual e Visual) na unidade do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS-ANITA). Termo de Convênio firmado com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. Termo de Compromisso firmado com o Fundo Nacional de Saúde para captação de recursos através de projetos apresentados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD.

	Órgão	2023	2022
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	Recursos próprios	24.868	7.395
Banco do Brasil (Aplicação)	Recursos próprios	27.236	62.333
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	Pref. Mun. Macaíba	22.728	20.860
Banco do Brasil (Aplicação)	Pref. Mun. Macaíba	725.401	590.038
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição		800.232	680.626
Caixa (Sede)	MEC	888	1.029
Caixa (CP - IIN-ELS Macaíba)	MEC	914	1.603
Caixa (CEP Saúde - Anita Garibaldi)	MEC	947	1.609
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	MEC	5.326	-
Banco do Brasil (Aplicação)	MEC	42.590.370	39.349.755
		42.598.444	39.353.995
Caixa (Centro de Reabilitação)	FMS	757	586
Banco do Brasil (Aplicação)	FMS	3.882.270	3.018.328
Banco do Brasil (Aplicação)	MS	190.963	-
Banco do Brasil (Aplicação)	PRONAS/PCD	228.092	304.602
Banco do Brasil (Aplicação)	PRONAS/PCD	212.155	459.700
		4.514.237	3.783.216
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição		47.112.681	43.137.211
		47.912.913	43.817.837

As aplicações financeiras são compostas principalmente de certificados de depósitos bancários, cuja liquidez é imediata com taxa de remuneração média no ano de 2023 entre 10,17% e 12,62% (78% a 97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI), mantidos em bancos com bom rating de avaliação e com boa reputação no mercado.

4. Valores a receber

	2023	2022
Valores a Receber - VERBA LIVRE	50.000	-
Valores a Receber - Contrato de Gestão - MEC	148.216.616	166.716.616
Valores a Receber - Convênio Prefeitura - Faturamento	35.161	46.031
Valores a Receber - Convênio Prefeitura - STORCH	130.000	130.000
Valores a Receber - Fundo Municipal de Saúde	5.751.000	4.556.475
Valores a Receber - Fundo Nacional de Saúde	1.760.860	1.950.521
	155.943.636	173.399.643

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento do saldo de valores a receber é apresentada a seguir:

Valores a receber por idade de vencimento	2023	2022
A vencer (até 360 dias)	27.337.021	25.183.027
A vencer (após 360 dias)	128.606.616	148.216.616
	155.943.636	173.399.643

5. Adiantamentos e outros créditos

	2023	2022
MEC		
Empréstimos a Receber - Filiais	3.316	2.764
Adiantamento de Férias	139.182	78.843
Adiantamento para Despesas	26.018	302
Seguros a Apropriar	17.513	16.416
Total MEC	186.029	98.325
Fundos de Saúde		
Empréstimos a receber - Filiais	203.847	189.662
Adiantamento de Férias	41.036	32.838
Adiantamento de Diárias à Funcionários	17	-
Seguros a Apropriar	9.403	7.957
Total Fundos de Saúde	254.303	230.456
	440.331	328.781

Este grupo é composto pelos seguros contratados do exercício 2023, cujo período de vigência beneficiam o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos diversos, empréstimos entre as filiais e valores a recuperar das atividades operacionais.

6. Bens de terceiros

Contas de compensação

Conforme permitido no item 26 do ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade controla em conta de compensação transações ao direito de uso dos bens de terceiros.

	2023	2022
Bens de Terceiros - AASDAP	29.498.733	29.519.276
Bens de Terceiros - UFRN	28.483.713	28.483.713
Bens de Terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba	367.960	367.960
(-) Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens de Terceiros	(22.934.637)	(18.785.206)
Bens Administrados de Terceiros	105.090	105.090
	35.520.859	39.690.834

Ajuste de vida útil econômica

Refere-se a amortização do direito de uso dos bens de terceiros, com base na vida útil econômica ou prazo de vigência dos contratos, dos dois o menor, sendo: Acordo de Cooperação Científica AASDAP (10 anos), Cessão de Uso de Bem Público UFRN (25 anos) e Cessão de Uso de Bem Público SMSM (5 anos).

	2023	2022
(-) Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens AASDAP	(14.159.931)	(11.223.404)
(-) Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens UFRN	(8.639.788)	(7.500.475)
(-) Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens SMSM	(134.919)	(61.327)
	(22.934.637)	(18.785.206)

6.1. Acordo de Cooperação Científica

Refere-se a um Acordo de Cooperação Científica assinado entre o Instituto e a Associação Alberto Santos Dumont para Apoio a Pesquisa – AASDAP. Tem por finalidade viabilizar o funcionamento, permitindo o uso de todos os bens e equipamentos disponíveis, uma vez que a AASDAP possuía estrutura nos respectivos locais.

	2023	2022
IIN-ELS Macaíba	26.253.997	26.268.991
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	3.244.735	3.250.285
	29.498.733	29.519.276

6.2. Cessão de Uso de bem público

A cessão de uso de bem público tem por objeto a cessão de uso de uma área de 995.000 m² e das benfeitorias (acessões físicas) nela existentes, além do patrimônio móvel de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, inclusive aqueles até então na posse da AASDAP em razão dos contratos de gestão do Centro Educacional de Macaíba e do Centro de Pesquisa de Macaíba. Em 17 de janeiro de 2020, seguindo orientação do Tribunal de Contas da União (T.C.U.), UFRN e Instituto assinaram Termo Aditivo Supressivo na qual a área foi fracionada da seguinte forma: I – 695.000 m² devolvidos para a UFRN e II – 300.000 m² permanecendo na posse do Instituto.

Consolidação do Patrimônio Móvel e Imóvel objeto do Contrato de Cessão UFRN x ISD - Projeto Campus do Cérebro	Descrição	Quant.	2023	2022
ESCOLA LÍGIA LAPORTA	Mobiliário	658	367.396	367.396
	Equipamentos	21	137.580	137.580
Soma Parcial I			504.976	504.976
CENTRO DE PESQUISA	Equipamentos	8	1.068.216	1.068.216
Mobiliário/Equipamentos (antes na posse AASDAP)	Mobiliário/ Equipamentos	196	707.722	707.722
	Edificação	1	20.452.600	20.452.600
Soma Parcial II			22.228.539	22.228.539
CAMPUS DO CÉREBRO (Gleba Parcial e Infraestrutura)				
Gleba Parcial - Sem Benfeitorias	Imóvel	1	5.049.198	5.049.198
Rede de Distribuição de Energia	Obras	1	235.844	235.844
Projetos e Infraestrutura Viária	Obras	1	465.156	465.156
Soma Parcial III			5.750.199	5.750.199
CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL E IMÓVEL OBJETO DO CONTRATO DE CESSÃO PELO PRAZO DE 25 ANOS (I + II + III)	Imóvel/Obras/ Edificações	4	26.202.799	26.202.799
	Mobiliário/ Equipamentos	883	2.280.914	2.280.914
CONSOLIDAÇÃO GERAL DO OBJETO DA CESSÃO			28.483.713	28.483.713

6.3. Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba

Refere-se a um Termo de Cessão de Uso de Bem Público assinado entre o Instituto e a Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba. Tem por finalidade viabilizar o transporte de pacientes, através de furgões adaptados, para compor a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

	2022	2021
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	367.960	367.960
	367.960	367.960

7. Imobilizado

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	2023	2022
TANGÍVEL			
Bens em Uso - Verba Livre			
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	8,4-18,5%	27.198	9.990
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	15,2-20,0%	25.439	19.993
(-) Depreciação Acumulada		(20.271)	(13.518)
Imobilizado Líquido - Verba Livre		32.366	16.466
Bens em Uso - Contrato de Gestão			
Máquinas e Equipamentos	4,5-51,7%	1.170.322	312.152
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	5,2-50,0%	1.457.956	1.059.822
Instalações	1,2-7,8%	191.330	158.270
Veículos	8,3%	78.960	78.960
Equipamentos Médicos	5,1-19,2%	554.494	292.262
Aparelhos e Instrumentos Cirúrgicos	10%	7.900	7.900
Aparelhos Telefônicos	5,3-21,0%	4.980	4.980
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	0,3-77,0%	2.654.295	2.115.965
Outros Imobilizados - Pedagógicos ou Operacionais	4,8-12,7%	1.427.797	1.172.234
Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP	10%	1.648.333	1.648.333
Benfeitorias em Bens de Terceiros - UFRN (i)	-	9.012.406	7.044.449
Imobilizações em Andamento	-	-	238.538
(-) Amortização/Depreciação Acumuladas		(3.639.150)	(2.830.311)
Imobilizado Líquido – Contrato de Gestão		14.569.624	11.303.554

(i) Não iniciou a amortização devido a obra ainda encontrar-se em andamento.

Bens em Uso - Verba Prefeitura

Máquinas e Equipamentos	20,6%	1.485	1.485
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	10,0-23,3%	21.863	21.863
Equipamentos Médicos	10%	15.210	15.210
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	18,1%	1.499	1.499
(-) Depreciação Acumulada		(27.601)	(23.283)
Imobilizado Líquido - Verba Prefeitura		12.456	16.775

Bens em Uso - Fundos de Saúde

Máquinas e Equipamentos	20,8%	2.260	2.260
Equipamentos Médicos	5,1-22,2%	1.537.820	1.103.359
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	20,0%	55.976	39.064
Outros Imobilizados - Pedagógicos ou Operacionais	10%	19.696	12.206
Bens com Restrição - Termo de Fomento		106.074	-
(-) Depreciação Acumulada		(237.169)	(88.748)
(-) Bens com Restrição - Termo de Fomento		(106.074)	-
Imobilizado Líquido - Fundos de Saúde		1.378.583	1.068.141

INTANGÍVEL

Marcas e Patentes		14.660	14.660
Intangível – Contrato de Gestão		14.660	14.660

A amortização/depreciação do período, lançada em despesas é R\$ 972.545 (R\$ 758.012 em 2022).

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2023 segue:

	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023
TANGÍVEL					
Bens em Uso - Verba Livre					
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	9.990	17.208	-	-	27.198
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	19.993	5.446	-	-	25.439
(-) Depreciação Acumulada	(13.518)	(6.753)	-	-	(20.271)
Total Verba Livre	16.466	15.901	-	-	32.366

Bens em Uso - Contrato de Gestão

Máquinas e Equipamentos	312.152	858.170	-	-	1.170.322
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	1.059.822	398.134	-	-	1.457.956
Instalações	158.270	33.060	-	-	191.330
Veículos	78.960	-	-	-	78.960
Equipamentos Médicos	292.262	262.232	-	-	554.494
Aparelhos e Instrumentos Cirúrgicos	7.900	-	-	-	7.900
Aparelhos Telefônicos	4.980	-	-	-	4.980
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	2.115.965	553.728	(15.398)	-	2.654.295
Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais	1.172.234	255.563	-	-	1.427.797
Benfeitorias em Bens de Terceiros - UFRN	7.044.449	1.967.958	-	-	9.012.406
Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP	1.648.333	-	-	-	1.648.333
Imobilizações em Andamento	238.538	1.052.794	(1.291.332)	-	-
(-) Amortização/Depreciação Acumuladas	(2.830.311)	(813.052)	4.213	-	(3.639.150)
Total Contrato de Gestão	11.303.554	4.568.586	(1.302.517)	-	14.569.624

Bens em Uso - Verba Prefeitura

Máquinas e Equipamentos	1.485	-	-	-	1.485
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	21.863	-	-	-	21.863
Equipamentos Médicos	15.210	-	-	-	15.210
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	1.499	-	-	-	1.499
(-) Depreciação Acumulada	(23.283)	(4.318)	-	-	(27.601)
Total Prefeitura	16.775	(4.318)	-	-	12.456

Bens em Uso - Fundos de Saúde

Máquinas e Equipamentos	2.260	-	-	-	2.260
Equipamentos Médicos	1.103.359	434.461	-	-	1.537.820
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	39.064	16.912	-	-	55.976
Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais	12.206	7.490	-	-	19.696
Bens com Restrição - Termo de Fomento	-	135.345	(29.271)	-	106.074
(-) Depreciação Acumulada	(88.748)	(148.421)	-	-	(237.169)
(-) Bens com Restrição - Termo de Fomento	-	(106.074)	-	-	(106.074)
Total Fundos de Saúde	1.068.141	339.713	(29.271)	-	1.378.583

INTANGÍVEL

Marcas e Patentes	14.660	-	-	-	14.660
Total Intangível	14.660	-	-	-	14.660

8. Obrigações Tributárias

	2023	2022
Contrato de Gestão		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	8.143	7.116
IRRF a recolher	2.469	1.640
ISS a recolher	10.035	9.683
	20.647	18.438
Verba Prefeitura		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	773	1.088
IRRF a recolher	249	351
	1.023	1.439
Verba Fundos de Saúde		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	745	692
IRRF a recolher	160	149
ISS a recolher	801	744
	1.706	1.585
	23.376	21.462

9. Obrigações Sociais

	2023	2022
Contrato de Gestão		
IRRF a recolher - Terceiros	3.600	889
IRRF s/ folha a recolher	159.160	146.433
INSS a recolher	37.753	26.477
FGTS a recolher	67.117	59.393
INSS a recolher - Terceiros	29.908	17.144
	297.538	250.336
Verba Fundos de Saúde		
IRRF s/ folha a recolher	35.555	35.553
INSS a recolher	17.809	12.295
FGTS a recolher	24.365	24.006
INSS a recolher - Terceiros	1.762	1.636
	79.491	73.491
	377.029	323.826

10. Contas a Pagar

	2023	2022
Contrato de Gestão		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a Pagar	180.186	207.120
Seguros a Pagar	2.212	2.296
	182.398	209.416
Verba Prefeitura		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a Pagar	8.020	8.020
	8.020	8.020
Verba Fundos de Saúde		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a Pagar	18.833	20.858
Empréstimo a Pagar – Filiais	207.163	192.426
	225.996	213.283
	416.414	430.720

11. Provisões de Férias e Encargos

	2023	2022
Contrato de Gestão		
Férias	804.686	669.619
FGTS s/ Férias	64.375	53.570
	869.061	723.188
Verba Fundos de Saúde		
Férias	295.708	290.990
FGTS s/ Férias	23.657	23.279
	319.365	314.269
	1.188.425	1.037.457

12. Contrato de Gestão - MEC, Termo de Convênio - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Termo de Compromisso - MS PRONAS/PCD e Termo de Convênio - MS EQUIPAMENTOS - NBC TG 07 (R2)

São recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão firmado com o MEC, do Termo de Convênio firmado com o Ministério da Saúde para compra de Equipamentos, do Termo de Compromisso para captação de recursos via projetos PRONAS/PCD e do Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba - RN, e tem como objetivos principais, a operacionalização de projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, o Instituto presta contas de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, o Instituto atendeu NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 (R1).

A entidade recebeu desde 2014 até o exercício corrente, bem como suas realizações as seguintes subvenções do Poder Público:

Exercício	Concedente	Recebido	Realizado
2023	Governo Federal - MEC	19.610.000	16.327.516
2023	Governo Municipal - Fundo Mun. de Saúde	4.396.475	3.653.476
2023	Governo Federal - MS PRONAS/PCD	-	266.593
2023	Governo Federal - MS EQUIPAMENTOS	189.662	18.966
2014-2022	Governo Federal - MEC	157.964.525	122.446.051
2017-2022	Governo Municipal - Fundo Mun. de Saúde	17.164.600	14.716.846
2020-2022	Governo Federal - MS PRONAS/PCD	881.852	181.947
2022	Governo Federal - MS EQUIPAMENTOS	-	18.966
		200.207.114	157.630.362

Saldos a realizar referente às subvenções recebidas:

	2023	2022
Contrato de Gestão - MEC	37.498.908	49.569.124
Termo de Convênio - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.769.420	3.701.173
Termo de Compromisso - MS PRONAS/PCD	598.115	796.978
Termo de Convênio - MS EQUIPAMENTOS	153.030	-
	43.019.473	54.067.276

13. Provisão para passivos contingentes - NBC TG 25 (R2)

Em atendimento a NBC TG 25 (R2), e respaldado por documentos recebidos da assessoria jurídica do Instituto, não são esperadas perdas prováveis que devessem ser registradas e causas possíveis para divulgação em nota explicativa nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

14. Áreas de Atuação

14.1. Saúde

Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita):

Com foco na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais de saúde, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e políticas educacionais, o Anita realizou 85.139 procedimentos ambulatoriais exclusivamente aos usuários do SUS, nas seguintes áreas: pré-natal, gravidez de alto risco, planejamento familiar, ginecologia, medicina fetal, infectologia na gravidez, atenção especializada às gestantes e crianças vivendo com HIV/AIDS, SAE Materno infantil, assistência às vítimas de violência sexual, pediatria geral e especializada, urologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, ortopedia pediátrica, neuropediatria, neurocirurgia, neurologia clínica, psicologia clínica, neuropsicologia, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, educação física, pedagogia, terapia ocupacional, assistência social, nutrição, ultrassonografia diagnóstica e intervencionista, urodinâmica, eletroencefalografia, análises clínicas e análise de marcha.

O Instituto recebeu 663 graduandos dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - oriundos do Campus Central, em Natal; da Escola Multicampi de Ciências Médicas, em Caicó (EMCM); e da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA). Juntos, os estudantes de graduação cumpriram uma carga de 27.829 horas em atividades, resultando no uso de 90,3% da capacidade instalada.

O Instituto recepcionou ainda 341 residentes que cumpriram 57.731 horas em atividades divididas nas áreas de medicina da família e comunidade, materno-infantil, cuidado à saúde da pessoa com deficiência, pediatria, ginecologia e obstetrícia, neonatal, neurologia e reabilitação. A carga horária efetivamente atingida pelos residentes no Instituto resultou no uso de 97,8% da capacidade instalada.

14.2. Pesquisa Científica

Instituto Internacional de Neurociências - Edmond e Lily Safra (IIN-ELS):

O IIN-ELS oferece desde 2013 o Programa de Pós-Graduação em Neuroengenharia (PPGN), credenciado pela CAPES no mesmo ano (33280010001P2), responsável pelo primeiro curso de mestrado na área reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O PPGN é um programa multidisciplinar inserido na área de Engenharia Biomédica que possui duas linhas de pesquisa: Interface Cérebro-Máquina e Neuromodulação. Por meio da neuroengenharia se busca compreender o Sistema Nervoso Central (SNC) e desenvolver tratamentos e tecnologias ainda inexplorados para distúrbios neurológicos, como a restauração de funções sensoriais, motoras e cognitivas.

De janeiro a dezembro de 2023, 16 estudantes foram titulados Mestres em Neuroengenharia pelo Instituto. Desses, 14 cumpriram o prazo de 24 meses para conclusão do programa, resultando em um índice de sucesso de 77,8%. Entre os demais estudantes, dois desistiram do programa, um concluiu o Mestrado em 25 meses e o outro em 26 meses.

Em 2023, 93,8% dos 48 mestres em neuroengenharia formados nos 3 anos anteriores foram absorvidos pelo mercado de trabalho, atuando na academia como discentes ou docentes, na pesquisa científica, em empresas ou no empreendedorismo.

Foram publicados 21 artigos em periódicos científicos internacionais, sendo cinco de autoria exclusiva do ISD e 16 oriundos de colaborações institucionais, resultando em uma proporção de 1,6 artigos por pesquisador. No que diz respeito à produção científica discente, ao longo do ano de 2023 foram realizadas 64 publicações com participação discente. Isso representa uma proporção de 1,2 publicações por discente cursando o segundo ano de mestrado ou residência na instituição.

No mais, 3.540 horas foram utilizadas por pesquisadores de outras instituições nas sete instalações de pesquisa disponibilizadas pelo Instituto. Isso representa 17,5% do total de horas disponíveis, 2,5% acima da meta de 15% pactuada junto ao órgão supervisor do Contrato de Gestão.

14.3. Atendimentos no Âmbito da Saúde

Em observância a Lei Complementar nº 187/2021, que foi regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023, **a atividade para fins de CEBAS do Instituto se dá exclusivamente pela saúde**, por meio da mantida Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, de atendimento 100% aos usuários do SUS, na modalidade ambulatorial e reabilitação.

Sendo a mantida prestadora de serviços ao SUS, a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), os atendimentos prestados. Por não haver atendimentos Não-SUS, não constará informações no Sistema de Comunicação e Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

No quadro abaixo, demonstra-se o quantitativo dos Atendimentos Ambulatoriais Realizados e o percentual atingido em conformidade com o art. 9º Inc. II da Lei Complementar 187/2021 que foi regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023:

	2023
Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS	85.139
Ambulatorial SUS	85.139
Percentual SUS final ao CEBAS	100%

15. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Entidade optou pelo método INDIRETO na elaboração do Fluxo de Caixa.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamento são as seguintes:

- Contrato de Gestão MEC, Verba Prefeitura e Fundos de Saúde

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

16. Seguros

O Instituto mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais e bens de terceiros.

17. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e não possuía em 31 de dezembro de 2023, quaisquer transações como interveniente garantidora.

18. Patrimônio Líquido

	2023	2022
Patrimônio Social	1.019.008	864.003
	1.019.008	864.003

18.1. Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio social do Instituto é de R\$ 1.019.008 (R\$ 864.003 em 2022). Na composição deste saldo, houve a transação usual de reconhecimento do déficit/superávit do exercício anterior com diminuição/aumento do Patrimônio Social no exercício vigente.

18.2. Destinação do superávit (déficit) /aumento (redução) de patrimônio social

Por ser entidade sem fins lucrativos, o Instituto não remunera, sob nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. O déficit/superávit do exercício de 2022 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e NBC ITG 2002 (R1) em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social. O superávit do exercício de 2023 será incorporado ao Patrimônio Social.

19. Receita

	2023	2022
Receita Operacional - Verba Livre		
Prestação de Serviços	50.000	-
Doações	10.000	-
Patrocínios	1.000	-
Outras Captações de Recursos	19.803	17.909
Doações Recebidas-Imobilizado/Materiais	6.750	5.300
	87.553	23.209
Receita Operacional - MEC		
Contrato de Gestão-Realizado (Nota 12)	16.327.516	14.651.271
Voluntários (+)	97.459	52.970
Imunidades (+)	2.907.188	2.525.033
	19.332.164	17.229.274
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)		
Prestação de Serviços	234.564	262.683
Convenio Prefeitura	120.000	120.000
	354.564	382.683
Receita Operacional - Fundos de Saúde		
Contrato FMS Macaíba-Realizado (Nota 12)	3.653.476	3.461.882
Termo de Convênio - MS EQUIPAMENTOS-Realizado (Nota 12)	18.966	18.966
Termo de Compromisso - MS PRONAS/PCD-Realizado (Nota 12)	266.593	163.376
	3.939.035	3.644.224
Receita Líquida	23.713.315	21.279.390

20. Natureza das despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza das principais despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Resumo das Despesas Operacionais		
Gastos com Pessoal e Encargos Sociais	(13.154.074)	(11.400.523)
Despesas Administrativas	(1.726.762)	(1.423.157)
Ocupações, Utilidades e Serviços	(598.527)	(637.815)
Serviços Profissionais	(3.930.480)	(4.164.250)
Locações Diversas	(56.135)	(51.651)
Despesas com Viagens	(121.788)	(70.865)
Depreciação e Amortização	(972.545)	(758.012)
Despesas Tributárias/Financeiras	(73.380)	(146.643)
Voluntários	(97.459)	(52.970)
Imunidades	(2.907.188)	(2.525.033)
	(23.638.339)	(21.230.919)
Detalhamento das Despesas Operacionais:		
Verba Livre		
Despesas com Pessoal	-	(22.500)
Despesas Administrativas	(28.441)	(131.160)
	(28.441)	(153.660)
MEC		
Despesas Gerais - Sede	(3.092.074)	(2.658.652)
Despesas Gerais - C. P. IIN-ELS	(8.397.401)	(7.809.660)
Despesas Gerais - CEPS Anita Garibaldi	(4.838.041)	(4.182.959)
Voluntários	(97.459)	(52.970)
Imunidades	(2.907.188)	(2.525.033)
	(19.332.164)	(17.229.274)
PREFEITURA		
Despesas Administrativas	(308.501)	(203.760)
Despesas Tributárias	(30.198)	-
	(338.699)	(203.760)
Fundos de Saúde		
Despesas com Pessoal	(3.203.860)	(2.981.370)
Despesas Administrativas	(730.929)	(636.431)
Despesas Tributárias	(453)	(20.997)
Despesas Financeiras	(3.793)	(5.427)
	(3.939.035)	(3.644.224)
	(23.638.339)	(21.230.919)

21. Resultado Financeiro

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Rendimento com Aplicações Financeiras - Verba Livre	4.413	9.046
Rendimento com Aplicações Financeiras - Prefeitura	77.261	52.952
	81.674	61.998
Despesas Financeiras		
Despesas Financeiras - Verba Livre	(780)	(1.225)
Despesas Financeiras - Prefeitura	(866)	(732)
	(1.646)	(1.957)
Resultado Financeiro	80.028	60.041

22. Voluntário

Conforme ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço em 2023 corresponde a R\$ 97.459 (R\$ 52.970 em 2022). O valor ora realizado está registrado em contas específicas e reconhecido na receita e na despesa.

23. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado. O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

23.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

23.2. Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

23.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023, o Instituto não está sujeito aos fatores de risco com: (a) taxas de câmbio; (b) risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; (c) risco significativo de estrutura de capital.

24. Imunidade da contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei Complementar nº 187/2021, que foi regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023, o Instituto mantém o Certificado Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS Saúde, tendo sua renovação deferida por meio da Portaria nº 561 de 13 de julho de 2023 abarcando o período de 10 de outubro de 2021 a 09 de outubro de 2024, mantendo a regularidade da certificação e fluência dos benefícios conforme art. 37 § 1º da Lei Complementar nº 187/2021.

O valor relativo à imunidade (como se devida fosse), gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 2.907.188 (R\$ 2.525.033, em 2022), abaixo detalhado, tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

	2023	2022
INSS Cota Patronal	2.657.975	2.323.923
PIS Sobre Folha de Pagamento	99.179	86.714
COFINS	150.034	114.393
	2.907.188	2.525.033

25. Eventos subsequentes

A Administração do Instituto declara a inexistência de fatos ocorridos da data de encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 09 de fevereiro de 2024, que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Macaíba, 31 de dezembro de 2023.

Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11